

## “Apagão no ensino público”: discursos de uma reportagem jornalística on-line sobre educação na pandemia

## “Blackout in public education”: discourses from an online journalistic report on education in the pandemic

Julia Caroline Goulart Blank<sup>1</sup>

IFRS - Campus Ibirubá

[julia.blank@ibiruba.ifrs.edu.br](mailto:julia.blank@ibiruba.ifrs.edu.br)

<https://orcid.org/0000-0003-4332-2475>

Luciane Sturm<sup>2</sup>

Universidade de Passo Fundo

[lusturm@upf.br](mailto:lusturm@upf.br)

<https://orcid.org/0000-0001-9007-748X>

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é apresentar os resultados da análise de uma reportagem jornalística on-line sobre o apagão do ensino público durante a pandemia. O estudo foi desenvolvido à luz da Análise Crítica do Discurso, teoria adequada aos propósitos de descrição, interpretação e explicação de gêneros jornalísticos, que vislumbra ir além da perspectiva unilateral de uma análise linguística do texto. Assim, esta proposta se justifica pelo fato de possibilitar compreender e interpretar as questões sociais que incluem maneiras de representar a realidade. Essa análise foi conduzida a partir do modelo tridimensional: texto, práticas discursivas e práticas sociais. Os resultados evidenciam que o discurso analisado oculta a responsabilidade do Estado no cenário atual, com o reforço de estereótipos sobre o professor que reclama demais, não cumprindo seu papel pedagógico. Além disso, há uma tendência à valorização do ensino a distância e o desprestígio ao ensino público.

**Palavras-chave:** Análise Crítica do Discurso; Pandemia; Reportagem jornalística.

---

<sup>1</sup> Doutora em Letras pela Universidade de Passo Fundo com Doutorado Sanduíche na Universidade de Strasbourg - França. Jornalista no Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Campus Ibirubá.

<sup>2</sup> Doutora em Letras/Linguística Aplicada pela UFRGS. Professora do curso de Letras e PPGL, UPF.

**Abstract:** The objective is to present the results of the analysis of an online journalistic report about the public education blackout during the pandemic. The study was developed in the light of Critical Discourse Analysis, a theory suitable for the purposes of description, interpretation, and explanation of journalistic genres, which aims to go beyond the unilateral perspective of a linguistic analysis of the text. It is, also, justified by making it possible to understand and interpret social issues that include ways of representing reality. This analysis was conducted from the three-dimensional framework: text, discursive practices and social practices. The results show that the analyzed discourse hides the state’s responsibility in the current scenario, reinforcing stereotypes about the teacher as a complainer who do not fulfill their pedagogical role. In addition, there is a tendency to value distance learning, as well as to discredit public education.

**Keywords:** Critical Discourse Analysis; Pandemic; Journalistic Report.

## Introdução

O ano de 2020 trouxe uma situação atípica que obrigou a população mundial a rever sua forma de viver. A pandemia provocada pela Covid-19 teve impacto em todos os setores da sociedade e gera consequências até os dias atuais; contudo, podemos considerar que uma das áreas mais afetadas foi a educação escolar. No contexto escolar, pais, alunos e professores precisaram reinventar a maneira de ensino/aprendizagem; repentinamente não puderam mais se encontrar presencialmente nas escolas e os meios on-line passaram a ter significativo impacto na nova forma de ensinar e aprender.

Com as restrições de circulação e os cuidados impostos pela pandemia, o uso da internet no Brasil cresceu rapidamente a partir de 2020, em comparação com o mesmo período de 2019, de acordo com dados da Akamai<sup>3</sup>. Assim, o consumo de jornalismo on-line também cresceu no mundo de acordo com a *Digital News Report 2020*<sup>4</sup>, pesquisa divulgada pelo *Reuters Institute – Oxford University*. Esses dados justificam nossas escolhas para desenvolver este trabalho, considerando o possível impacto da interrelação entre os três segmentos: educação, jornalismo e digitalização.

As mudanças no contexto educacional acarretaram a ampla cobertura midiática sobre como os envolvidos estão vivenciando essas transformações. Nosso olhar se volta especialmente para o discurso formulado pela mídia ao abordar a educação durante o isolamento social, buscando responder ao seguinte questionamento: qual discurso da mídia on-line sobre a educação brasileira transparece no gênero reportagem jornalística on-line (RJO) durante a pandemia da Covid-19?

Dados esses fatos, este estudo busca responder ao seguinte questionamento: Como o discurso digital ajuda a moldar e é moldado pela realidade social no contexto da educação pública brasileira no período de início da pandemia de covid-19? O objetivo é analisar fatores sociais e discursivos componentes da realidade

<sup>3</sup> Plataforma de armazenamento em nuvem responsável por 30% do tráfego on-line mundial. Disponível em: <https://www.akamai.com/br/pt/>. Acesso em: 9 jul. 2020.

<sup>4</sup> Essa pesquisa analisa o consumo de mídia on-line em todo o mundo. Dados mais completos podem ser acessados pelo link: <https://bit.ly/3j2L2Hd>.

social em uma RJO, com base na proposta teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso (ACD), de Fairclough (2001, 2003, 2018), buscando uma compreensão mais profunda e abrangente do discurso que emerge da mídia digital. Essa escolha se justifica quando os estudos sobre a ACD dizem proporcionar análises de conteúdo linguístico, discursivo e social, possibilitando uma análise integrada entre esses componentes.

Para a análise, selecionamos a reportagem “Estudantes, pais e professores narram ‘apagão’ do ensino público na pandemia; em 7 estados e no DF, atividade remota não vai contar para o ano letivo”, publicada no portal de notícias G1 (2020). Essa escolha levou em conta, principalmente, o grande alcance do G1 no mundo digital: Segundo dados da SimilarWeb (2024)<sup>5</sup>, o site recebe cerca de 358 milhões de visitas mensais, sendo que esse número é três vezes maior do que o número de acessos de seus principais concorrentes. A reportagem analisada foi veiculada na seção Educação do portal G1, a qual trata sobre ensino durante o isolamento social.

Estruturalmente, este trabalho assim se organiza: para além dessas considerações introdutórias, a segunda seção é dedicada à abordagem teórica, especificamente sobre a ACD, com destaque ao modelo tridimensional utilizado para a análise. Na sequência, a terceira seção contextualiza a RJO em relação ao cenário pandêmico, detalhando os procedimentos e a análise em si; por último, as considerações finais revelam os resultados oriundos da pesquisa.

## **A análise crítica do discurso: uma abordagem para a análise linguística e para a prática social**

A Análise Crítica do Discurso, de Fairclough (2001, 2003, 2018), se constitui com o principal aporte teórico deste estudo, por ser uma proposta interdisciplinar que abarca os interesses de “várias ciências sociais e humanísticas” (Fairclough, 2001, p. 276). Meurer (2005) descreve e discute a ACD detalhadamente, destacando sua derivação multidisciplinar na área das linguagens, pois, segundo o autor, a análise crítica de textos evidencia a preocupação com aspectos que estão além da materialidade do texto, “em questões sociais que incluem maneiras de representar a realidade, manifestação de identidades e relações de poder no mundo contemporâneo.” (Meurer, 2005, p. 81).

Silva (2015, p. 70) destaca que “a ACD é uma abordagem que reúne a análise linguística e a prática social para examinar como a sociedade mantém a relação dialética com as práticas discursivas.” Estudos sobre a ACD e aqueles que se desenvolveram a partir dela, no Brasil (Heberle, 2000; Magalhães, 2001; Meurer, 2002, 2005; Silva, 2015), reafirmam que o trabalho de Fairclough é constituído de um aparato teórico-metodológico que dá condições aos pesquisadores da área das linguagens de estudarem os textos e sua interação com as estruturas sociais.

Entendemos, pois, que a ACD de Fairclough (2001<sup>6</sup>, 2003) é apropriada para este estudo, por trazer ao mesmo tempo um modelo teórico-metodológico que possibilita descrever, interpretar e explicar a linguagem, conectando-a ao contexto sócio-histórico.

<sup>5</sup> As informações sobre acesso são disponibilizadas por meio deste link: [https://pro.similarweb.com/#/digitalsuite/websiteanalysis/overview/website-performance/\\*/999/1m?webSource=Total&key=g1.globo.com](https://pro.similarweb.com/#/digitalsuite/websiteanalysis/overview/website-performance/*/999/1m?webSource=Total&key=g1.globo.com). Acesso em

<sup>6</sup> *Discourse and Social Change* (1992) foi lançada no Brasil em 2001, pela Editora Universidade de Brasília, com Tradução de Izabel Magalhães.

Cabe destacar algumas concepções relevantes no trabalho de Fairclough (2003, p. 2, tradução nossa), como a concepção de linguagem que orienta seus estudos e a relação com as práticas sociais:

Minha abordagem à análise do discurso (uma versão da ‘análise crítica do discurso’) baseia-se no pressuposto de que a linguagem é uma parte irreduzível da vida social, dialética interconectada com outros elementos da vida social, para que a análise e a pesquisa social sempre tenham que levar em consideração de linguagem<sup>7</sup>.

Além da concepção de linguagem, a compreensão de discurso e suas relações com o texto e as práticas sociais são fundamentais para a compreensão da ACD. Magalhães (2001) destacou a compreensão de Fairclough sobre discurso, a partir dos estudos do autor dos anos 1990:

Discurso, para mim, é mais do que apenas uso da linguagem, é uso da linguagem seja ela falada ou escrita, vista como uma prática social. [...] O discurso constitui o social. Três dimensões do social são consideradas: o conhecimento, as relações sociais e a identidade social [...] O discurso é formado por relações de poder e investido de ideologias (Fairclough, 1992, p. 8 apud Magalhães, 2001, p. 15-16).

Conforme Fairclough (2001, 2003, 2018), os diferentes discursos são associados a diferentes visões de mundo de cada indivíduo e suas relações com o mundo a partir da posição que ocupam em determinado contexto, considerando-se suas identidades, relações sociais e pessoais com outras pessoas. Por isso, os discursos carregam a interpretação de mundo de um indivíduo, ou seja, como ele entende o mundo, e não como o mundo é realmente. O autor ressalta que esses discursos podem projetar uma realidade imaginária, atrelada a perspectivas de mudar o mundo de acordo com visões particulares, a partir da compreensão inicial.

Esses discursos de diferentes pessoas, portanto, podem convergir, divergir, complementarem-se, oporem-se, competirem e até um dominar o outro. Por isso, os discursos coexistem com as práticas sociais dos indivíduos e é por meio deles que as pessoas se relacionam e influenciam umas às outras (Fairclough, 2003). Portanto, a ACD de Fairclough (2001) traz a perspectiva de análise tridimensional: a proposta é de “reunir a análise linguística e a teoria social está centrada numa combinação desse sentido mais socioteórico de ‘discurso’ com o sentido de ‘texto e interação’ na análise de discurso orientada linguisticamente.” (Fairclough, 2001, p. 22). Assim, exemplos de discursos agem ao mesmo tempo como texto, prática discursiva e prática social.

Na abordagem teórico-metodológica desenvolvida por Fairclough (2001, 2003), a análise de texto e de discurso devem estar relacionadas ao longo da investigação. Para o autor, a análise de texto vai muito além da análise puramente linguística; trata-se do que ele chama de “análise interdiscursiva, ou seja, ver textos em termos dos diferentes discursos, gêneros e estilos em que eles desenham e articulam.” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 3).

---

<sup>7</sup> *My approach to discourse analysis (a version of ‘critical discourse analysis’) is based upon the assumption that language is an irreducible part of social life, dialectically interconnected with other elements of social life, so that social analysis and research always has to take account of language.*

Na construção da ACD, Fairclough (2001) considerou diferentes estudiosos da análise do discurso, analisando as limitações de cada perspectiva, fato que, de certa forma, justifica sua proposta de ACD. Considerou, por exemplo, a perspectiva de Foucault (2008) de que os sujeitos são constituídos por suas práticas discursivas. Contudo, o autor contesta a passividade desses sujeitos e infere que eles possuem a capacidade de agir como agentes, sendo aptos a negociar os sentidos com os discursos a que recorrem.

Fairclough (2001), conforme perspectiva foucaultiana, distinguiu os três aspectos dos efeitos construtivos do discurso, ou seja, o discurso contribui para a construção das identidades sociais, para construir as relações sociais entre as pessoas e para a construção de sistemas de conhecimento e crença. Esses três efeitos “correspondem respectivamente a três funções da linguagem e a dimensões de sentido que coexistem e interagem em todo discurso – o que denominarei as funções da linguagem ‘identitária’, ‘relacional’ e ‘ideacional’” (Fairclough, 2001, p. 91-92).

Essa perspectiva confere o caráter dialético da ACD, em que “os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou constituem” (Fairclough, 2001, p. 22), ou seja, por um lado, o discurso é moldado pela sociedade, pelo outro é constitutivo da estrutura social, posiciona os indivíduos enquanto agentes sociais.

Na ACD, “o foco não está apenas no poder *no* discurso mas também no poder *por trás* do discurso<sup>8</sup>” (Fairclough, 2018, p. 14, tradução nossa, grifo do autor). Isso porque, por mais significativo que seja, o discurso ainda é a causa e/ou efeito de outros elementos sociais. Assim, há três consequências possíveis de acordo com Fairclough (2018): a primeira é que os objetos de análise da ACD são materiais e discursivos, cabendo à análise fazer a relação dialética entre eles. A segunda consequência é que essa análise crítica é transdisciplinar, unindo diferentes disciplinas voltadas para a realidade social e discursiva. A terceira é que a crítica apresentada é normativa e exploratória, baseada em normas e valores, bem como nas relações causais e dialéticas.

Estudos dessa corrente consideram, portanto, as práticas concretas e suas formas textuais, buscando visualizar os processos de interpretação associados a elas, observando os efeitos das relações de poder e como os indivíduos lutam para ter seu espaço nesses contextos. Após destacar as principais concepções que sustentam a ACD, cabe discorrer sobre o modelo tridimensional de Fairclough (2001), a partir do qual desenvolvemos a análise que está detalhada na terceira seção deste artigo.

## O modelo tridimensional

O modelo tridimensional, proposto por Fairclough (2001), traz à tona a interação entre texto, práticas discursivas e práticas sociais, uma agindo em conjunto com a outra para formar qualquer evento discursivo. Esse modelo foi construído com base em vários estudiosos da análise do discurso e de teorias da linguagem, a exemplo da teoria sistêmica da linguagem de Halliday (1978), na qual a linguagem é multifuncional e os textos simultaneamente representam a realidade, ordenam as relações sociais e estabelecem identidades. A ACD proposta por Fairclough (2001) ainda pode dialogar com

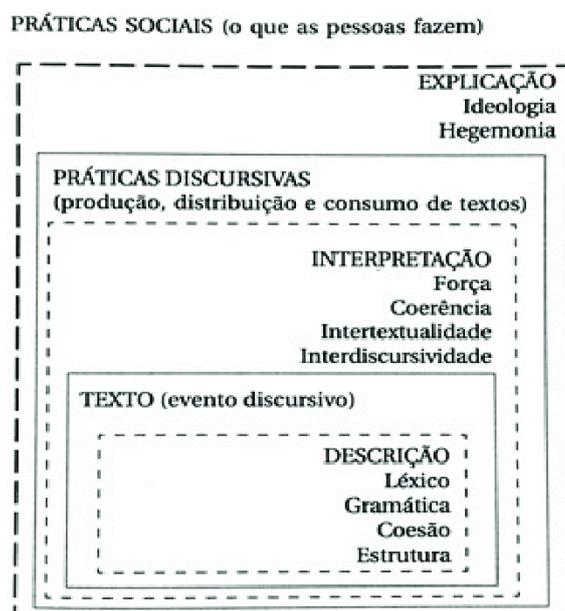
---

<sup>8</sup> “The focus is not just on power in discourse but also power behind discourse”.

abordagens socioteóricas do discurso, como a de Foucault, quando combinada à ênfase nas propriedades socialmente construtivas do discurso.

De acordo com o autor, “a abordagem tridimensional permite avaliar as relações entre mudança discursiva e social e relacionar sistematicamente propriedades detalhadas de textos as propriedades sociais de eventos discursivos como instancias de prática social.” (Fairclough, 2001, p. 27). Para Meurer (2005, p. 94), esse modelo propõe “que cada evento discursivo seja analisado sob três ângulos ou dimensões complementares: como texto, prática discursiva e prática social, buscando, respectivamente, a sua descrição, interpretação e explicação.” A Figura 1 – construída por Meurer (2005) – retrata a proposta de Fairclough (2001).

**Figura 1.** Modelo tridimensional de Fairclough



Fonte: Meurer (2005, p. 95)

Quanto à análise do evento discursivo como texto, deve-se dar atenção a quatro categorias: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual (Resende; Ramalho, 2004; Meurer, 2005). Ao descrever a proposta de análise textual, Fairclough (2001) destaca os aspectos que se relacionam à função ideacional da linguagem e com os sentidos ideacionais, ou seja, com a construção da realidade social. O autor exemplifica sua abordagem destacando a análise de conectivos e argumentação, transitividade e tema, significado das palavras, criação de palavras e metáfora.

Com essa organização, é possível traçar uma ordem de análise iniciando por palavras isoladas e seguindo de modo ascendente até englobar toda a estrutura do texto em questão. É importante considerar que a análise de cada aspecto irá compor o todo da visão crítica dessa abordagem: Nenhum item é menos importante e todos são passíveis de análise. Contudo, em certos discursos, determinado aspecto pode se destacar, a exemplo do estudo de Silva (2015), no qual as metáforas gramaticais e metáforas lexicais e conceptuais são evidenciadas. De acordo com a autora, “a presença de determinadas expres-

sões e metáforas que podem sinalizar implicações políticas e ideológicas” (Silva, 2015, p. 74), ou seja, conceitos evidenciados em determinados discursos são socialmente motivados.

Na dimensão de análise como prática discursiva, inserem-se os processos de produção, distribuição e consumo do texto, ou seja, onde ocorre a recepção e interpretação do texto pelos leitores. Segundo Meurer (2005), nessa dimensão são analisadas a coerência, as intenções do texto, sua intertextualidade e interdiscursividade. Intertextualidade e interdiscursividade referem-se à presença de outros textos e discursos no texto em análise (Meurer, 2005, p. 95).

A intertextualidade merece uma compreensão especial daquele que irá se dedicar à ACD, pois “é basicamente a propriedade que tem os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante” (Fairclough, 2001, p. 114). A intertextualidade pode ser manifestada quando um ou mais textos estão explícitos em outro, ou constitutiva (interdiscursividade), quando o texto recorre aos elementos e convenções das ordens do discurso. Desse modo, um discurso sempre está relacionado, direta ou indiretamente, a outros discursos já enunciados, movimentando-se em uma rede relativamente estável, materializada em diferentes gêneros do discurso.

Segundo Fairclough (2001, p. 106-107), “a natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais.”, por exemplo, os textos jornalísticos, que são consumidos por diferentes públicos, circulando em contextos sociais variados. O autor discute, também, a dupla restrição social pela qual passam os processos de produção e interpretação dos textos; em um primeiro momento, são restritas pelos recursos disponíveis para os membros, que englobam questões normativas e convenções de ordem social e discursiva. Em um segundo momento, determinado pela origem da prática social, que delimita quais elementos dos recursos disponíveis os membros irão acessar.

Nessa dimensão, a fim de obter sucesso no propósito comunicativo, a prática discursiva precisa estar estritamente correlacionada com o meio no qual está inserida; nesse caso, “o impacto da prática discursiva depende de como ela interage com a realidade pré-constituída” (Fairclough, 2001, p. 87), o que considera não apenas os enunciados, mas todos os elementos que constituem a realidade dos sujeitos sobre aquele contexto, ou seja, ressalta a prática social como um todo. Dessa forma, um discurso, altamente complexo e bem-acabado, pode ser veiculado pela mídia; entretanto, se não dialogar com os interesses e desejos do público-alvo daquele conteúdo, não obterá a aprovação desejada, a ponto de não ter alcance significativo em seu grupo.

A prática discursiva ainda considera a força do texto, o componente que determina a ação social que o texto realiza (Fairclough 2001). Assim, a força compreende o enunciado em seu meio de circulação e todo o contexto agregado a ele, é a ação que aquele enunciado desempenhará, como em uma ordem ou em uma promessa. Contudo, é preciso atentar para a ambivalência; pode haver forças diferentes dentro de um mesmo discurso, fator minimizado quando o contexto é considerado em conjunto com o texto.

Cabe destacar que, na ACD, a coerência do texto está mais relacionada ao processo de interpretação do que ao de produção. De acordo com Silva (2015, p. 76), “um texto só fará sentido para alguém quando lhe for possível interpretá-lo através de leitura coerente e em acordo com os propósitos de quem produziu o texto.” Assim, determinados discursos tendem a ser interpretados de forma padrão,

naturalizada, demonstrando suas ligações com a função ideológica desses enunciados, o que não impede que sejam feitas leituras diferentes daquela pretendida pelo autor, as quais estão relacionadas à resistência ao discurso proposto. Esse movimento interpretativo é relevante para entender as possibilidades de interpretação oferecidas aos receptores da RJO analisada nesse estudo.

Considerando que os discursos estão em movimento na sociedade, é virtualmente impossível determinar qual foi o discurso primeiro e como ele foi constituído (Fairclough, 2001). O que circula na sociedade é uma mescla de diversos discursos, os quais se entrelaçam e formam um novo de acordo com as condições sociais e particulares daquele momento. Em termos de ideologia, Foucault (2008) trata todo discurso como um produto ideológico, o qual serve a uma ou outra ideologia de forma inerente. Fairclough (2001, p. 95) considera que “diferentes tipos de discurso em diferentes domínios ou ambientes institucionais podem vir a ser ‘investidos’ política e ideologicamente de formas particulares”.

A terceira dimensão de análise da ACD é a prática social, na qual se localizam as questões sobre ideologia e hegemonia. É nessa dimensão que se procura “explicar como o texto é investido de aspectos sociais ligados a formações ideológicas e forma de hegemonia.” (Meurer, 2005, p. 95).

Ideologias são significações dadas à realidade a partir do sentido das práticas discursivas, “representações de aspectos do mundo que podem contribuir para o estabelecimento, manutenção e mudança de relações sociais de poder, dominação e exploração.”<sup>9</sup> (Fairclough, 2003, p. 9, tradução nossa). Os usos ideológicos da linguagem estão relacionados ao estabelecimento e manutenção de relações de dominação, potencializando sua eficiência ao atingir o *status* de “senso comum”. No entanto, as práticas discursivas servem como arena para a luta ideológica, em um contexto que transforma e reestrutura as relações de poder e dominação.

A hegemonia está relacionada com o domínio de certos grupos sociais na sociedade. Em uma visão gramsciana, a política é parte da luta pela hegemonia; conforme Fairclough (2003, p. 45, tradução nossa), “ênfatisa como o poder depende de obter consentimento ou pelo menos aquiescência, em vez de apenas ter os recursos para usar a força, e a importância da ideologia na manutenção de relações de poder.”<sup>10</sup> Assim, o trabalho ideológico realizado pelos textos está imbricado com as questões de hegemonia, podendo contribuir para a naturalização de representações particulares ou auxiliar na luta contra-hegemônica.

Chamamos a atenção para o fato de que a prática discursiva e a prática social não são opostas; pelo contrário, a última é constituída da primeira somada aos elementos não discursivos. Resende e Ramalho (2004, p. 189) enfatizam que “a análise da prática social se dá *pelo* texto. É por meio dele que se exploram as estruturas de dominação, as operações de ideologia e as relações sociais.” Isso remete à centralidade do discurso, ou às ordens do discurso, que são estruturas relativamente estáveis e duráveis da linguagem: gêneros, discursos e estilos que contribuem com o aspecto discursivo da rede de práticas sociais (Fairclough, 2003).

Diante do exposto, defendemos o uso da ACD como teoria e método indissociáveis, uma abordagem contemporânea e abrangente que pode ser utilizada para análises de discursos nas mais diferentes

<sup>9</sup> “Ideologies are representations of aspects of the world which can be shown to contribute to establishing, maintaining and changing social relations of power, domination and exploitation”.

<sup>10</sup> “emphasizes how power depends upon achieving consent or at least acquiescence rather than just having the resources to use force, and the importance of ideology in sustaining relations of power”.

esferas da atividade humana. A ACD diferencia-se das demais propostas de análise do discurso, a exemplo da perspectiva de análise de Foucault centralizada na explicação. Diferencia-se da linguística textual, que enfatiza a descrição. Por isso, nosso estudo desenvolve uma análise a partir dos procedimentos metodológicos da ACD, que serão descritos na próxima seção, buscando exemplificar como esse modelo contempla a descrição, a interpretação e a explicação, destacando, neste caso, a RJO.

## Contexto, procedimentos metodológicos e análise

Cabe resgatar brevemente o contexto a partir do qual emergiu este estudo: a pandemia causada pela Covid-19. A enfermidade surgiu no final do ano de 2019, na China, e se espalhou rapidamente por outros países. Os sintomas são semelhantes aos da gripe, sendo que a doença atinge principalmente os pulmões. De acordo com dados do Ministério da Saúde<sup>11</sup>, em julho de 2020, a taxa de letalidade da doença no Brasil era de, aproximadamente, 4%, e os principais atingidos são pessoas com mais de 60 anos de idade que apresentam alguma doença pregressa que afete o sistema respiratório.

Praticamente todos os países adotaram medidas de isolamento social: a quarentena foi tida como forma de conter a disseminação do vírus durante o período em que os pesquisadores procuravam por uma cura. Cada país administrou a quarentena de uma forma diferente. No Brasil, o posicionamento dos governos – federal, estaduais e municipais – foram polêmicos e controversos, gerando confusão na população e, como consequência, um alto índice de contaminação e letalidade no país, evidenciando uma situação de calamidade pública.

Em relação ao ensino, as aulas presenciais foram canceladas ainda mês de março 2020. O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou um parecer<sup>12</sup> no final de abril daquele ano, recomendando aulas não presenciais, a fim de dar condições para que as redes de ensino cumpram o mínimo previsto em lei. Somente em 1º de julho de 2020 esse parecer foi homologado pelo Ministério da Educação, com regras sobre a educação na pandemia, suprimindo, contudo, o trecho sobre as avaliações. O documento não descartava a possibilidade de a pandemia comprometer os anos letivos de 2021 e 2022.

Diante disso, muitas escolas e instituições de ensino superior adotaram o ensino remoto, com diferentes metodologias, uso de plataformas e ferramentas de ensino a distância, para seguir com o ano letivo. A situação de forma geral gerou inúmeros debates, a partir de diferentes posições de especialistas e da sociedade como um todo. O acesso à tecnologia e à internet por estudantes em condição de vulnerabilidade social foi um dos aspectos polêmicos. Outra questão bastante discutida foi a demanda de trabalho gerada para os professores, os quais já estavam sobrecarregados no modelo presencial; no remoto, a situação foi agravada. Esse cenário foi uma das motivações para este estudo, além de, também, justificar a opção pela RJO analisada a seguir.

A partir disso, o enunciado “Estudantes, pais e professores narram ‘apagão’ do ensino público na pandemia; em 7 estados e no DF, atividade remota não vai contar para o ano letivo” foi selecionado

<sup>11</sup> O Ministério da Saúde do Brasil divulga periodicamente os dados a respeito do coronavírus no país. Mais informações estão disponíveis no link: <https://covid.saude.gov.br>.

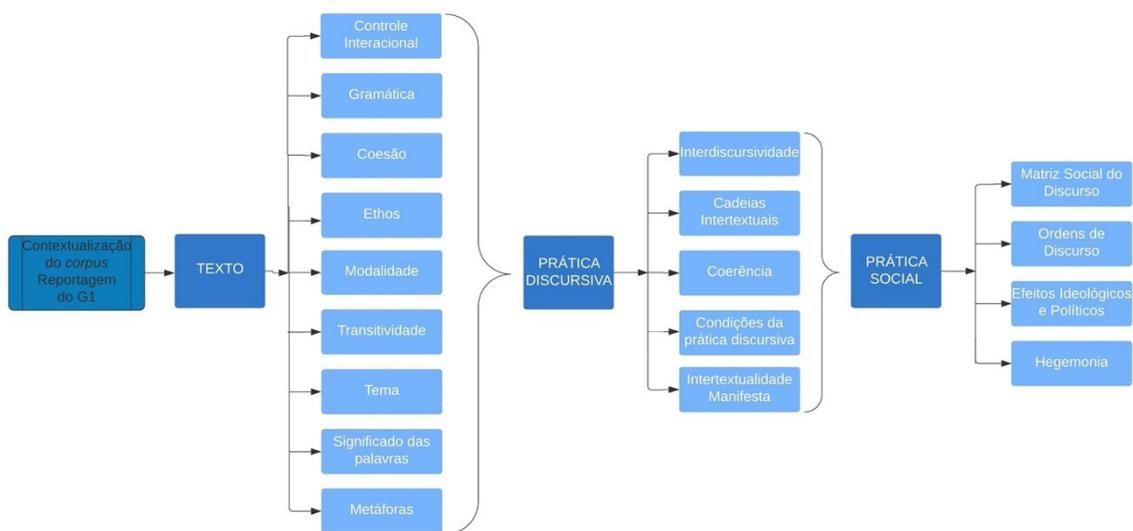
<sup>12</sup> Parecer CNE/CP n. 5/2020.

para análise por compilar dados de diversas matérias menores elaboradas pelo G1 em diversos estados do país, englobando diferentes realidades no ano de início da pandemia, cujo término foi oficialmente anunciado pela Organização Mundial de Saúde, somente em 5 de maio de 2023.

Considerando nossa opção teórico-metodológica pelos estudos de Fairclough (2001, 2003, 2018), cabe destacar que toda análise é seletiva, escolhas são feitas e estas determinam o que será relevante para a pesquisa e o que não será aprofundado. Fairclough (2003, p. 14) destaca que “em qualquer análise, nós escolhemos responder certas questões sobre eventos sociais e textos, e não outras possíveis questões.” Nessa perspectiva, é importante destacar que a objetividade na pesquisa em ciências humanas e sociais é tão utópica quanto a objetividade nos textos jornalísticos; afinal, a subjetividade do pesquisador sempre estará presente.

A análise aqui realizada enfatiza a função social da linguagem, em que o discurso, em um movimento contínuo, transforma e é transformado pela sociedade. A ACD nos permite verificar, portanto, como o contexto age em conjunto com as práticas discursivas a fim de compor a sociedade, trazendo conceitos como ideologia e hegemonia para o debate na área da linguagem. Optamos, portanto, por um procedimento que entrelaça os seguintes conceitos do modelo tridimensional de Fairclough (2001), representados na Figura 2, a seguir:

**Figura 2.** Fluxo de análise baseado no modelo tridimensional



Fonte: elaborado pelas pesquisadoras a partir de Fairclough (2001)

Fizemos uma divisão como forma de facilitar o entendimento de cada parte do modelo, entretanto os seguintes conteúdos estão imbricados:

- a) *Texto*: controle interacional, gramática, coesão, *ethos*, modalidade, transitividade, tema, significado das palavras, metáforas.
- b) *Prática discursiva*: interdiscursividade, cadeias intertextuais, coerência, condições da prática discursiva, intertextualidade manifesta.

c) *Prática social*: matriz social do discurso, ordens de discurso, efeitos ideológicos e políticos do discurso, hegemonia.

## O texto: construção da realidade e das relações sociais

Identificamos que os atores sociais presentes no discurso são professores, especialistas em educação, estudantes e pais de alunos. O jornalista também é um ator social, mas sua voz aparece indiretamente na construção da notícia, fator característico de uma reportagem. A tomada de turno acontece de forma assimétrica, pois é o jornalista quem determina os espaços para o discurso dos demais atores, de acordo com o desenrolar da reportagem, o que dá a ele a característica de poderoso (P) e as outras vozes da reportagem, não poderosas (NP) (Fairclough, 2001).

Assim, as estruturas de troca são limitadas ao fim da elaboração do texto, pois, mesmo que haja uma estrutura pergunta-resposta-avaliação durante a entrevista com os atores que participam da matéria, esta é suprimida no produto final, ou seja, a apresentação do produto final não comporta esse tipo de estrutura. É o jornalista quem controla os tópicos e sua ordem de apresentação, ele faz o policiamento da agenda ao selecionar quais falas serão ou não utilizadas na notícia e em que momento é dado espaço para cada uma das vozes.

A gramática do texto aponta como o jornalista/veículo faz uso da linguagem para construir sua argumentação. O redator do texto utiliza principalmente orações subordinadas, que indicam a opção pelo discurso indireto. A forma como as orações são construídas dá espaço para que o jornalista crie sua argumentação em torno dos dados obtidos com os entrevistados, adequando-os ao que pretende representar. A maior parte do texto é formada por frases declarativas no presente do indicativo que, conforme Fairclough (2001), é categoricamente autoritário. Essa construção busca reforçar a argumentação, mostrando que o autor tem certeza do que está dizendo, enquanto o leitor assume a posição de receptor da informação.

Ao escrever, os jornalistas precisam fazer escolhas relacionadas ao modelo e à estrutura das orações que elaboram, considerando o gênero discursivo no qual estão trabalhando, nesse caso, a reportagem jornalística online. Essa prática se reflete na construção de identidades sociais, bem como nas relações de conhecimento e crença desenvolvidos em uma sociedade pautada pelos veículos de massa (Fairclough, 2001). Consideramos que toda a oração é multifuncional e possui significados ideacionais, interpessoais e textuais, conforme apresentamos no Quadro 1.

**Quadro 1.** Relação de significados de orações da primeira parte da reportagem

| Nº | Oração extraída da reportagem analisada  | Significado Ideacional                    | Significado Interpessoal                         | Significado Textual |
|----|--|---|--|---------------------|
| 1  | “O cenário de incertezas apontado pela comunidade escolar se reflete nos números de um levantamento nacional do G1 junto aos estados ao Distrito Federal.” | Oração transitiva (alguém age sobre algo) | Oração declarativa (verbo no particípio passado) | Voz passiva         |

**Quadro 1.** Continuação

| Nº | Oração extraída da reportagem analisada  | Significado Ideacional                    | Significado Interpessoal                                       | Significado Textual |
|----|--|---|--|---------------------|
| 2  | “A decisão de suspender as aulas presenciais foi tomada pelas redes de ensino entre 11 e 23 de março.”   | Oração transitiva (alguém age sobre algo) | Oração declarativa (verbo no pretérito perfeito simples)       | Voz passiva         |
| 3  | “Além do Distrito Federal, apenas 11 estados suspenderam as aulas: Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia e Roraima.”               | Oração transitiva (alguém age sobre algo) | Oração declarativa (verbo no pretérito perfeito do indicativo) | Voz ativa           |
| 4  | “16 estados planejam considerar atividades remotas como carga horária do ano letivo – equivalendo-as às aulas presenciais: AC, AP, AM, CE, GO, MA, MG, MS, PB, PR, PI, RN, RS, RR, SP e SC.” | Oração transitiva (alguém age sobre algo) | Oração declarativa (verbo no presente do indicativo)           | Voz ativa           |
| 5  | “Além do DF, 7 estados declararam que não vão usar a educação remota como carga horária do ano letivo: AL, BA, DF, ES, MT, PA, SE e TO.”   | Oração transitiva (alguém age sobre algo) | Oração declarativa (verbo no pretérito perfeito do indicativo) | Voz ativa           |
| 6  | “O levantamento do G1 aponta que nenhuma rede estadual de ensino sabe como será a retomada.”   | Oração transitiva (alguém age sobre algo) | Oração declarativa (verbo no presente do indicativo)           | Voz ativa           |

Fonte: elaborado pelas pesquisadoras (2023)

Todas as orações apresentadas no Quadro 1 estão localizadas na primeira parte da reportagem analisada, logo após o título e antes da primeira imagem: elas compõem a introdução do assunto que será debatido. Verificamos que todas as orações são transitivas, o verbo remete a uma ação executada por alguém (instituição) sobre algo (aulas, atividades remotas etc.). Todas as orações são declarativas, entretanto apenas as de número 4 e 6 estão no presente do indicativo (categoricamente autoritário – assume algo como um fato consolidado). A oração 4 afirma que 16 estados pretendem considerar a atividade remota como carga horária para o ano letivo. Logo, as escolhas gramaticais dessa oração colocam tal proposição em termos seguros, como se fosse algo consolidado, apesar de o significado do verbo “pretender” remeter à cogitação e não à afirmação.

A oração 6 enfatiza a ação do G1 e está na voz ativa, o que não é comum, pois a tendência do texto jornalístico é ocultar o jornalista/veículo. Logo, seria mais oportuno a esse gênero a utilização da voz passiva, como acontece na oração 1, na qual o agente também é o G1. A voz passiva permite o

apagamento do agente na oração, uma espécie de ilusão de isenção por aquilo que foi feito, subvertendo a responsabilidade do ato em um determinado contexto. Assim, verificamos que o tópico da oração 1 é o cenário de incertezas enquanto o tópico da oração 6 é o G1. Mesmo que as duas orações tenham o mesmo agente, elas se diferem em termos do conteúdo que está em destaque.

A oração 2 também está na voz passiva, nesse caso, o agente da oração é a rede de ensino: o mesmo sujeito que teria destaque caso a oração 6 fosse colocada na voz passiva, como estaria mais bem correlacionado com o gênero jornalístico. Segundo Fairclough (2001, p. 217), “os tipos de texto diferem nas formas de relação que são estabelecidas entre suas orações e nas formas de coesão que essas relações favorecem, e essas diferenças podem ter significação cultural ou ideológica”. Desse modo, inferimos que o veículo/jornalista teve a intenção de ocultar as redes de ensino, ou o governo que as coordena, dando menor destaque para a responsabilidade dessas instituições frente à situação provocada pela pandemia.

A ideia supracitada ainda se sustenta no fato de o parágrafo seguir ocultando o agente com o uso da marcação coesiva de superfície em forma de referência na continuação: “Questionadas, elas afirmaram não saber se haverá aulas aos sábados para repor possíveis conteúdos ou se pretendem adotar carga horária estendida. Em geral, elas afirmam que avaliam as alternativas.” Outro reforço para a proposição é o advérbio de exclusão “apenas”, apresentado na oração 3, indicando que foi a minoria dos estados que suspendeu as aulas, relativizando a situação. A proporção apresentada na reportagem corresponde a 46% dos estados brasileiros; outra forma de escrever a frase poderia colocar em destaque que quase metade dos estados suspenderam as aulas. São essas escolhas que determinam o sentido completo do texto.

As orações 4 e 5 são utilizadas para enfatizar que a maioria dos estados pretende considerar o ensino remoto como carga horária do ano letivo. Podemos verificar que a oração 4 inicia com o número de estados a favor da proposição, dezesseis, portanto enfatiza o tema do enunciado. Já a oração 5, que fala sobre os estados contrários, vem após a oração 4 e inicia com “Além do DF”, na função de aposto, em uma estratégia que oculta parcialmente a opinião contrária, colocando o tema da oração em posição de menor destaque. Assim, consideramos que o periódico é favorável à utilização de atividades remotas como carga horária do ano letivo.

A coesão é marcada por esquemas retóricos que favorecem as relações interdiscursivas do campo da concomitância (Fairclough, 2001), em que é estabelecida uma relação entre formações discursivas diversas. Assim, no texto, coexistem enunciados originados nas entrevistas realizadas pelo repórter, na forma de citação direta, enunciados elaborados especialmente para o texto jornalístico e, ainda, dados de pesquisas realizadas pelo G1. Esse esquema realça o *ethos* jornalístico da objetividade, visto que as vozes dos entrevistados servem como garantia daquilo que é dito na reportagem, praticamente isentando o veículo das possíveis interpretações diversas que possam ocorrer. O *ethos* jornalístico sempre tende a ocultar o jornalista em seu texto, o que não significa que ele não esteja presente.

No decorrer da reportagem, o jornalista pode se comprometer com o que diz em seu texto de maneiras diferentes: pode afirmar ou negar algo categoricamente (frases declarativas), ou se envolver menos intensamente em seus discursos. A modalidade indica o nível de comprometimento do locutor com uma proposição. Assim, o jornalista faz inferências como nos enunciados: “acredita que os trabalhos *poderiam ser* solicitados com mais frequência”.

Nesses casos, o uso do verbo “poder” indica modalidade objetiva, que encobre o ponto de vista do locutor, pois, como destaca Fairclough (2001, p. 200), “o falante está projetando seu próprio ponto de vista como universal, ou agindo como um veículo para o ponto de vista de um outro indivíduo ou grupo.” Por se tratar de uma reportagem, o jornalista assume o segundo aspecto proposto por Fairclough (2001), dado que se trata de um discurso relatado e ele busca um efeito de objetividade em seu texto, de acordo com características do gênero jornalístico informativo.

No texto jornalístico, as metáforas podem ser utilizadas para facilitar o entendimento da reportagem, utilizando termos comuns para determinada sociedade, entretanto “as metáforas estruturam o modo como pensamos e o modo como agimos, e nossos sistemas de conhecimento e crença, de uma forma penetrante e fundamental.” (Fairclough, 2001, p. 241).

O uso de uma metáfora determina que construímos nossa realidade desse modo e não de outro. Considerando o enunciado “O cenário de incertezas apontado pela comunidade escolar se reflete nos números de um levantamento nacional do G1 junto aos estados ao Distrito Federal”, identificamos uma metáfora que remete à encenação, com o uso da palavra “cenário” para definir o panorama ou a situação da educação durante a pandemia.

Ainda há uma metáfora que remete a uma dificuldade ou talvez à luta/guerra, na palavra “desafio” – “No AC, a gestora Laura Geane Lopes de Oliveira fala que ainda é um *desafio* colocar em prática as atividades” –, representando as possíveis complicações em que a educação brasileira possa estar implicada. Segundo Fairclough (2001, p. 242), “a militarização do discurso é também a militarização do pensamento e da prática social”; logo, o emprego de metáforas bélicas é uma forma de justificar esse tipo de ação na prática social. No Quadro 2, verificamos a relação de mais quatro metáforas empregadas no texto e seus significados.

**Quadro 2.** Relação de metáforas e seus significados

| Nº | Citação do texto   | Ator social a quem a metáfora é atribuída | Metáfora empregada | Convergência de Significados                                    |
|----|--|---|--------------------|---|
| 1  | “Está sendo uma educação de faz de conta”                                      | Mãe de aluno                              | Faz de conta       | Metodologia de ensino não cumpre o objetivo de formar os alunos |
| 2  | “E o material escrito, então, é uma vergonha”                                  | Aluno                                     | Vergonha           | Material insuficiente / mal-feito                               |
| 3  | “Estou em um grupo de teletrabalho. Estamos perdidos”                          | Professor                                 | Perdidos           | Professores sem orientação / conhecimento sobre as metodologias |
| 4  | “Estudantes, pais e professores narram ‘apagão’ do ensino público na pandemia” | Veículo de comunicação                    | Apagão             | Problemas que atingem diversas áreas                            |

Fonte: elaborado pelas pesquisadoras (2023)

As metáforas apresentadas no Quadro 2 demonstram que a visão dos pais está alinhada com a visão dos estudantes e professores. Todas as metáforas empregadas na reportagem (Quadro 2) evidenciam uma representação negativa quanto aos meios tradicionais de ensino, considerando-os insuficientes e ineficazes em cumprir com seus propósitos de ensinar e aprender. A significação das três primeiras metáforas é utilizada a fim de justificar o título da reportagem, o qual é atribuído ao veículo de comunicação, visto que os demais atores não empregam a metáfora “apagão”.

Portanto, o veículo aplica uma nova metáfora para sintetizar as opiniões dos envolvidos na reportagem, mas o faz por sua conta, traduzindo o discurso dos pais, alunos e professores nos termos do seu próprio discurso. Verificamos mais exemplos dessa ação na prática discursiva, a qual apresentaremos na próxima seção.

### **Prática discursiva: processos de produção, distribuição e consumo do texto jornalístico**

Todo discurso é o eco de discursos anteriores, como determina a interdiscursividade. No texto analisado, a integração dos discursos acontece ordenadamente, conforme o padrão do gênero discursivo reportagem on-line, com introdução, desenvolvimento e conclusão. A concepção de gênero adotada pela ACD é essencialmente bakhtiniana, ou seja, “um conjunto de convenções relativamente estável que é associado com, e parcialmente representa, um tipo de atividade socialmente aprovado.” (Fairclough, 2001, p. 161). A estrutura do gênero determina como o texto é organizado e coloca a narrativa jornalística em maior destaque do que as falas isoladas dos atores, ou seja, o sentido/tema principal é aquele formado pelo todo da reportagem.

A reportagem é construída com representação do discurso que, segundo Fairclough (2001, p. 138), “é uma forma de intertextualidade na qual partes de outros textos são incorporadas a um texto e explicitamente marcadas como tal”. A marcação acontece por meio de aspas no discurso direto e orações relatadas no discurso indireto, ou seja, o texto é focado na representação do que as pessoas disseram. Verificamos a presença da alternância entre o discurso direto e indireto: 30 inserções de aspas ao longo dos 46 parágrafos de texto. Essa estratégia discursiva é utilizada com o propósito de criar uma ilusão de objetividade no texto jornalístico, isentando o repórter/veículo daquilo que foi dito no discurso.

Em alguns segmentos, o veículo utiliza o discurso relatado em segundo plano, após indicar o que o foi dito: “O retrato da desigualdade na educação pública do Brasil durante a pandemia de Covid-19 é desanimador, como contam também os pais”. Desse modo, o portal mescla a própria voz com a voz dos demais atores e cria uma ambivalência de sentido. Como vimos anteriormente, o veículo busca traduzir a voz dos atores sociais nos seus próprios termos: a expressão “apagão” está entre aspas no título, o que indicaria discurso direto; entretanto, essa metáfora não foi utilizada por nenhum dos entrevistados, sendo uma criação do veículo.

A escolha do verbo que representa o ato de fala está relacionada à força ilocucionária do discurso, ou seja, à ação que aquela enunciação realiza. Assim se direciona a interpretação de forma impositiva. O repórter usa o verbo “afirmar” em dez segmentos quando faz referência às falas dos pais, profes-

res e estudantes. Ele escolhe representar essa enunciação enfaticamente. “Afirmar” tem sentido mais incisivo do que “relatar” ou “apontar”, verbos utilizados para referenciar o discurso do portal. Embora o verbo *dizer* tenha sido frequentemente utilizado para referência dos atores sociais, ele foi antecedido ou precedido por verbos mais intensos, como “analisar”, “argumentar” e “lamentar”. Essa construção indica que o portal busca criar um efeito de certeza na atitude dos entrevistados perante suas falas, eliminando possíveis dúvidas a respeito dos enunciados representados.

Por serem discursos criados para o consumo de um grande número de pessoas, de diversas faixas etárias e estratos sociais, a linguagem jornalística informativa é trabalhada com o objetivo de ser clara e facilitar a compreensão. A criação do texto é individual, feita por um jornalista. No entanto, ele precisa considerar os entrevistados e o meio de comunicação que representa, ou seja, podemos dizer que a construção é praticamente coletiva, dado o número de pontos de vista que precisam ser levados em conta. O grande alcance do texto torna-o significativo nas relações de hegemonia estabelecidas na sociedade, conforme veremos na próxima subseção.

### **Prática social: relações de poder e ideologia no jornalismo**

Na reportagem, o prisma ideológico da naturalização dos problemas relativos ao ensino brasileiro é revelado por meio da temática da falta de acesso à tecnologia, à falta de computadores e internet e pelas dificuldades enfrentadas por professores, pais e alunos para dar seguimento às práticas de ensino-aprendizagem durante a pandemia. Em se tratando da naturalização de certos discursos, como é o caso do ensino a distância e do ensino domiciliar, a reportagem analisada demonstra especialmente os problemas encontrados nessas práticas.

No entanto, apontam-nas como as únicas soluções no contexto atual. Fairclough (2001, p. 96) destaca como essa naturalização é expressiva, pois “em diferentes circunstâncias sociais, os mesmos limites poderiam tornar-se foco de contestação e luta”, ou seja, em um contexto livre dos limites impostos pela pandemia, a discussão e a utilização do ensino a distância e/ou domiciliar poderiam ocorrer de maneira muito mais complexa e organizada.

A naturalização também se manifesta por meio de inclusões e exclusões presentes nos discursos e práticas sociais e como elas agem na construção de uma imagem. Segundo Fairclough (2003, p. 23-24, tradução nossa), “As práticas sociais podem ser pensadas como formas de controlar a seleção de certas possibilidades estruturais e a exclusão de outras, e a retenção dessas seleções ao longo do tempo, em áreas particulares da vida social”<sup>13</sup>.

Desse modo, a mídia volta-se para o modelo de ensino desse momento específico, representando praticamente a única possibilidade durante a pandemia. Ainda, dá ênfase aos problemas estruturais da educação brasileira; assim, o leitor pode inferir que esse paralelo pode representar o início da consolidação dessa modalidade de ensino em níveis básicos, visto que já é amplamente utilizada para níveis superiores, como a graduação.

---

<sup>13</sup> “Social practices can be thought of as ways of controlling the selection of certain structural possibilities and the exclusion of others, and the retention of these selections over time, in particular areas of social life”.

Podemos verificar profundos sinais político ideológicos no texto. A ordem de discurso tanto pode favorecer a reprodução de comportamentos do indivíduo que consome o produto jornalístico quanto instigar sua transformação (Fairclough, 2001). No caso analisado, a ordem de discurso permite a manutenção do estereótipo e das relações de poder desencadeadas por ele. Conforme exemplifica o quadro 3:

**Quadro 3.** Organização da reportagem e suas implicações político-ideológicas

| <b>Título/Subtítulo</b>   | <b>Temática principal do texto</b>   | <b>Implicações político-ideológicas</b>  |
|---|--|--|
| “Estudantes, pais e professores narram ‘apagão’ do ensino público na pandemia; em 7 estados e no DF, atividade remota não vai contar para o ano letivo” | Panorama do ensino brasileiro após o início da pandemia de Covid-19.   | Ocultação do Estado como agente; ênfase nos estados que pretendem utilizar o ensino remoto como carga horária letiva; relativização da situação da educação na pandemia. |
| “Queixas de alunos e professores”   | Adiamento do Enem; falta de planos pedagógicos bem estruturados; dificuldades de acesso e produção no ensino remoto. | Estado como portador de boas notícias; Responsabilização dos professores e da internet pelas dificuldades no ensino remoto.  |
| “Falta de estrutura pedagógica”   | Improviso para dar seguimento às aulas remotas; falta de padrão (plataforma) para o ensino.                          | Ensino remoto não funciona porque não tem uma plataforma específica; Falta de alfabetização digital de professores e alunos.   |
| “Ociosidade e falta de recursos”  | Pouco conteúdo ministrado; falta de contato com os alunos.   | Professores são culpados por não disponibilizar mais conteúdo.   |
| “Diferença clara entre rede pública e privada”  | Falta de estrutura para os estudantes da rede pública.   | Rede privada como exemplo de estrutura.  |
| “Educação remota como carga horária”  | Dúvidas sobre o real aproveitamento do ano letivo.   | Desigualdade na educação.  |
| “Empenho pessoal para contornar desafios”   | Ações promovidas por professores para estimular o aprendizado dos alunos no ensino remoto.                           | Casos isolados como exemplos gerais.   |

Fonte: elaborado pelas pesquisadoras (2023)

O título principal associa o “apagão” na educação brasileira com o fato de que sete estados e o Distrito Federal não vão considerar as atividades remotas como ano letivo. Já no decorrer da primeira parte da reportagem, há a ocultação do Estado como agente, o que o isenta da responsabilidade pelos danos causados à educação durante a pandemia.

Ao final da primeira parte da reportagem, as dificuldades são relativizadas pela fala de uma especialista em educação: “Eu não me preocuparia com o conteúdo. Peço que conversem sobre esse momento histórico com as crianças, mostrem o que é o ser humano, a questão da solidariedade, do respeito, o que é ficar em isolamento, o que é o vírus, a higiene. Tudo é conteúdo.” A relativização encerra a parte da reportagem que foca no compromisso do Estado com a educação (o qual já foi previamente omitido, conforme destacamos na seção 3.1); assim, suaviza os impactos das ações anteriormente narradas.

O primeiro subtítulo remete para o estereótipo de que professores e estudantes fazem reclamações exageradas em geral. A segunda parte inicia relatando que o Ministério da Educação adiou o Enem, o que seria uma boa notícia para os estudantes que vivem a incerteza do aprendizado remoto. No enunciado “Alunos tirados da rotina e deixados em casa lamentam não só a falta de planos pedagógicos estruturados, mas também a ausência de estrutura”, há a responsabilização dos professores, os quais deveriam estruturar os planos pedagógicos. E a responsabilidade também é direcionada para a falta de estrutura e dificuldade de acesso à internet e a dispositivos digitais por parte de estudantes e professores.

No segundo subtítulo, a culpabilização dos professores é reforçada pelo termo *pedagógica*, indicando que a falta é, principalmente, humana em relação às dificuldades de ensino-aprendizagem. Entretanto, no texto, há destaque para a falta de padronização nos meios de ministrar as aulas on-line, o que deixa subentendido que, com uma plataforma adequada, a maioria dos problemas poderia ser resolvida. Também há destaque para a falta de alfabetização digital, outro fator fundamental para o sucesso do ensino não presencial. Assim, o veículo reforça a pertinência das ferramentas e do letramento digitais, apontando caminhos para que a prática possa ser bem-sucedida: plataformas adequadas e alfabetização digital.

No terceiro subtítulo, o termo “ociosidade” indica que professores e estudantes não estão desenvolvendo as atividades acadêmicas que deveriam, reforçando o estereótipo de preguiçoso associado à figura do professor. No subtítulo seguinte, há a valorização da rede privada, destacando que a rede pública de ensino não tem a infraestrutura necessária para atender aos estudantes.

Por fim, retoma-se a questão da validação das atividades remotas como ano letivo, enfatizando que o assunto precisa ser debatido embora se reconheçam as dificuldades de acesso e a desigualdade presentes na educação brasileira. No último subtítulo, são citados dois professores que adotaram uma postura que pode ser considerada como ativa pelo contexto expresso no texto. Essa finalização aponta para que os professores se inspirem nesses exemplos e possam trabalhar mais e melhor durante o ensino remoto.

No texto jornalístico, é adotado o modelo da pirâmide invertida, ou seja, as primeiras informações são as principais e sua relevância vai diminuindo ao final da reportagem. Assim, vemos que o texto ressalta a valorização do ensino EAD e enfatiza que os professores devem estar preparados para tal cenário em breve. Logo, a reportagem está alinhada com a hegemonia vigente, em que há mais valorização para o ensino privado do que para o ensino público e o crescimento de propostas de educação a distância.

Finalizando nossa análise, reforçamos a pertinência e a adequação da ACD para uma compreensão mais profunda e ampla de diferentes discursos, considerando que essa abordagem teórico-metodológica permite um olhar sobre diferentes ângulos para o mesmo texto.

## Considerações finais

Neste estudo, procuramos responder ao questionamento: qual discurso da mídia on-line sobre a educação brasileira transparece no gênero RJO durante a pandemia de Covid-19? Para isso, a partir dos preceitos teórico-metodológicos da ACD de Fairclough (2001, 2003, 2018), analisamos uma RJO veiculada no G1, portal de livre acesso de reportagens em geral.

Constatamos que, na prática textual da RJO, a gramática do texto revelou sentidos e permitiu ocultar/revelar os atores sociais presentes no discurso de acordo com a situação em destaque. O jornalista reforçou sua argumentação por meio de frases declarativas, que são categoricamente autoritárias, o que colocou o interlocutor como mero espectador dos fatos. As relações interdiscursivas favoreceram o *ethos* da objetividade no jornalismo, encobrindo as marcas de subjetividade do repórter e do veículo. As metáforas auxiliaram a estruturar os sistemas de conhecimento e crença e facilitaram a interpretação dos interlocutores, foram naturalizadas e utilizadas de maneira a formar um todo coerente dentro do discurso.

Na prática discursiva, o interdiscurso esteve presente nas reportagens em seu formato objetivo e informativo, comprovando que, em um discurso, sempre há o eco de discursos passados. O uso de discurso direto e discurso relatado permitiu a fusão da voz do veículo com a voz dos atores sociais. A força ilocucionária do discurso também favoreceu a imposição do conteúdo, colocando maior certeza nas falas dos entrevistados.

Na prática social, verificamos como o prisma ideológico da naturalização está presente nas reportagens, aproveitando-se da situação da pandemia para naturalizar o uso de meios digitais na educação em nível básico. É possível que as inclusões e exclusões presentes no discurso manifestem o início de um movimento pró-uso de metodologias EAD no ensino básico, visto que, mesmo destacados os problemas atuais de acesso on-line, o conjunto revelou que, em um contexto pós-pandemia, os professores estariam mais bem qualificados para atuar nessa modalidade.

Este trabalho contribui para o melhor entendimento do discurso da mídia enquanto parte da sociedade e atuante em práticas sociais que vão muito além do seu caráter discursivo. Cabe destacar que nossa análise traz em si a subjetividade inerente ao indivíduo e suas verdades. Contudo, o modelo tridimensional que constitui a abordagem teórico-metodológica pode contribuir sobremaneira com outras análises de discursos em diferentes áreas, pois evidencia potencialidades que articulam os aspectos linguísticos, sociais e ideológicos. É, pois, uma abordagem que proporciona o diálogo crescente entre a linguística e a ciência social crítica, fundamental para a ampliação do desenvolvimento do pensamento crítico do indivíduo.

Apesar das limitações do estudo e da impossibilidade de generalizações, esta análise chama a atenção para a importância do olhar crítico do indivíduo em todos os discursos, como forma de compreender os movimentos que ocorrem na sociedade e que, muitas vezes, passam despercebidos do sujeito. Não podemos desconsiderar que, mesmo em uma situação de vulnerabilidade social coletiva, forças hegemônicas atuam para perpetuar suas verdades e suas vontades.

Nesse sentido, a ACD tem papel de destaque na desarticulação de relações de dominação, relacionado exatamente ao caráter emancipatório da sua essência. Encerramos nosso trabalho, apoiadas em Resende e Ramalho (2004), convencidas da importância do olhar crítico dos diferentes sujeitos, os

quais têm a linguagem como objeto de estudo e de trabalho, pois não há discurso ou análise neutros, mas sim sempre relacionados às posições teóricas, sendo, portanto, parciais.

## Referências

- FAIRCLOUGH, N. 2001. *Discurso e mudança social*. Brasília, DF: Ed. da UnB, 316 p.
- FAIRCLOUGH, N. 2003. *Analysing discourse: Textual analysis for social research*. London: Routledge, 270 p.
- FAIRCLOUGH, N. 2018. CDA as dialectical reasoning. In: J. FLOWERDEW; J. RICHARDSON (org.). *The Routledge handbook of critical discourse studies*. New York: Routledge, p. 13-25.
- FOUCAULT, M. 2008. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 236 p.
- HALLIDAY, M.K.A. 2004. *Introduction to functional grammar*. 3. ed. London: Edward Arnold, 689 p.
- HEBERLE, V. 2000. Análise crítica do discurso e estudos de gênero: subsídios para a leitura e interpretação de textos. In: M.P.M. FORTKAMP; L.M.M. TOMITCH (orgs.). *Aspectos da linguística aplicada: estudos em homenagem ao Professor Hilário Inácio Bohn*. Florianópolis: Insular, p. 167-184.
- G1, Portal. 2020. Estudantes pais e professores narram ‘apagão’ do ensino público na pandemia; em 7 estados e no DF, atividade remota não vai contar para o ano letivo. Disponível em: <https://glo.bo/3iQ-ZEJR>. Acesso em: 07/08/2022.
- MAGALHÃES, C. 2001. A análise crítica do discurso enquanto teoria e método de Estudo. In: C. MAGALHÃES (org.). *Reflexões sobre análise crítica do discurso*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, p. 15-30.
- MEURER, J. L. 2003. Uma dimensão crítica do estudo de gêneros textuais. In: J.L. MEURER; D. MOTTA-ROTH (org.). *Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem*. Bauru: EDUSC, p. 17-29.
- MEURER, J. L. 2005. Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough. In: J.L. MEURER; A. BONINI; D. MOTTA-ROTH (orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, p. 81-106.
- RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. C. V. S. 2004. Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. *Linguagem em (Dis)curso* 5(1):185-207. Disponível em: [http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem\\_Discurso/article/view/307/323](http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/307/323) .--Acesso em: 23/06/2022.
- SILVA, V. M. da. 2015. *De anônimos a heróis: discursos sobre o câncer de 1973 a 2013 no gênero reportagem de popularização da ciência na Revista Veja*. Santa Maria, RS. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, 245 p.

Submetido: 09/09/2024

Aceito: 17/11/2024